

Destaque da semana

FACRA investe 35 milhões USD prevendo IPOs na bolsa de valores

Dez empresas compõem a carteira de investimentos do fundo, quatro são de tecnologia de informação, duas indústrias transformadoras, uma de serviços industriais, dois no ramo da saúde e uma agro-industrial. Há pretensão de cotar as empresas na bolsa de valores.

POR AGOSTINHO RODRIGUES | FOTOGRAFIA CARLOS MUYENGA



O Fundo Activo de Capital de Risco Angolano (FACRA) investiu 35 milhões USD na criação de 10 empresas, das quais três estão em fase de financiamento e sete em fase de pré-investimentos, afirmou ao Mercado o vogal de investimentos do fundo, Teodoro Poulson.

Com uma participação de 49% do valor de investimentos, nas 10 empresas, o FACRA definiu um período de três a sete anos, para acompanhar o desenvolvimento dos investimentos nos ramos de tecnologia de informação, indústria transformadora, saúde e agro-indústria.

Depois do período definido, segundo Teodoro Poulson, “saímos do negócio, vendemos a nossa participação para pessoas interessadas ou para a Bolsa de Valores”.

Teodoro Poulson reconhece que o FACRA precisa de interagir com a classe empresarial, garantindo que o fundo está aberto para dar resposta às necessidades do mercado, uma vez que se pretende uma economia acelerada.

Na intenção de ter-se uma economia acelerada, o FACRA encara como relevante, findo o prazo de investimentos nas 10 empresas, a forte necessidade de lançar uma Oferta Pública Inicial (IPO, na sigla inglesa), processo pelo qual uma empresa se torna de capital aberto.

Teodoro Poulson acredita que uma InitialPublicOffering, tendo em conta o progresso financeiro e económico que se pretende no país, ajuda, pela primeira vez, a venda ao público das acções de uma empresa numa bolsa de valores.

Com vista a se alcançar êxito, com o financiamento do fundo definiu-se cotas de participação em três áreas de investimentos, nomeadamente, de 40% a 60% para o sector terciário, onde se incluem serviços, saúde, tecnologias de informação e comunicação, bem como soluções de logística e serviços industriais.

O sector secundário fica com uma cota que vai de 30% a 40%, com apostas no processamento e produção industrial, ao passo que o sector primário, despojtando a agricultura, a pecuária e pescas entre 10% e 20%.

Perfil do FACRA

O fundo surgiu em 2012 com activos de 250 milhões USD, para um período de vida de 10 anos, e tem como objectivo auxiliar o fomento à diversificação da económica, investindo num mínimo de 40 e máximo de 50 projectos empresariais.

Na prática, o fundo consiste num mecanismo de financiamento diferente da dívida ou empréstimo bancário, no qual é isento o pagamento de juros.

“Durante o período de investimento não cobramos qualquer taxa, o que permite aos empresários, efectivamente, atingir a rentabilidade máxima, é mais um conforto, uma almofada para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME)”, explicou.

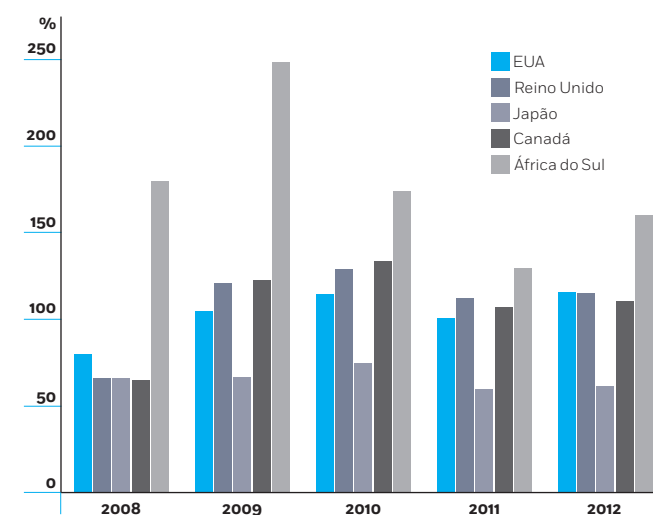
Em concreto, o investimento pelo FACRA é realizado através do mecanismo de Capital de Risco, que consiste na concessão de valores financeiros às empresas em fase de arranque ou negócios com potencial de crescimento, através da compra de uma participação minoritária no seu capital social.

A ausência do custo financeiro pelos capitais investidos é uma das vantagens do FACRA, assegura Poulson, enquanto mecanismo de financiamento, já que o apoio às MPME nacionais é, sobretudo, na criação, inovação e expansão de negócios nos sectores da agro-pecuária, da indústria transformadora ou serviços capazes de gerar valor económico acrescentado.

Sectores não prioritários

Enquanto fundo constituído por capitais públicos, o FACRA não poderá investir na exploração de recursos naturais (mineração e petróleo); imobiliário; trading; licenças de franchising construção civil. De sectores não prioritários não é tudo. Contam da lista de exclusão empresas que necessitam liquidar dívida; que expõem o FACRA a responsabilidades ou obrigações para além do montante investido; que o capital investido não se destina ao fomento directo da actividade da empresa; empresas integradas em grupos com custos de transferência internos; negócios que não garantem controlo dos fluxos financeiros; negócios em que a actividade concorra directa ou indirectamente com empresas pertencentes ao portfólio do fundo; negócios associados ao mercado paralelo ou actividades ilegais e projectos sem a existência de entidade comercial (empresa)

Capitalização de empresas cotadas em bolsa (% do PIB)



Fonte: Banco Mundial

Quanto custa um projecto

O FACRA pretende fomentar a criação e incentivo às empresas contribuam para a redução significativa das importações, com a criação de empregos, de competências de gestão e de responsabilidade empresarial.

Apesar de não haver uma pré-definição do volume de investimentos a dedicar a cada projecto, a equipa de gestão do FACRA aposta em projectos que contribuam para uma diversificação equilibrada do portfólio de empresas a participar, afirmou o vogal de investimentos.

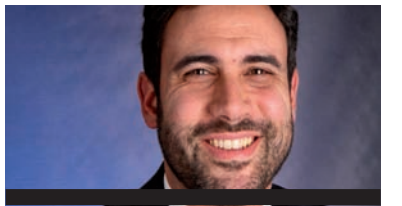
Com isto, a identificação das reais necessidades de financiamento de cada projecto será o factor fundamental a ter em consideração na análise dos mesmos.

Teodoro Poulson adiantou que os investimentos do FACRA poderão variar entre o equivalente a um milhão USD e 8 milhões USD para pequenas e médias empresas e um plafond anual de dois milhões USD para investimento em empresas de micro dimensão. Por esta razão, o gestor admite que as MPME têm hoje, com o surgimento do FACRA, uma grande oportunidade para desenvolverem negócios de forma eficiente.

“Não investimos apenas nos projectos com valores financeiros, mas também apoiamos em termos de melhoria de projecto, pois nos assumimos como um parceiro durante o período do negócio, o que é sempre confortável”, sustentou.

Com a flutuação permanente do preço do petróleo, há uma necessidade imperiosa das MPME contribuírem para o crescimento do Produto Interno Bruto, defendeu o Vogal de Investimentos que pede maior organização dos empresários, uma vez que o FACRA está disponível para estudar os projectos e conceder financiamento.

Opinião



LUÍS JESUS
Associate Partner KPMG

Transformação da função de risco (na banca)

O Aviso 2/2013 emitido pelo Banco Nacional de Angola definiu a obrigatoriedade de implementação de um sistema de gestão de risco nas instituições financeiras. Apesar deste Aviso ter sido emitido há dois anos, há ainda um longo caminho a percorrer, em muitas instituições do sistema financeiro Angolano, quer na definição, quer na efectiva implementação de uma framework global de gestão de risco. A evolução do enquadramento regulamentar e de mercado em Angola, com a emissão de novos Avisos relativos a provisões regulamentares, garantias recebidas e fundos próprios, a definição de um calendário de implementação das IFRS ou a consagração do risco operacional como área de intervenção, vêm colocar uma nova urgência na implementação de sistemas de gestão de risco. A experiência de muitas instituições financeiras sugere que o sucesso na implementação destas frameworks de gestão de risco requer um alinhamento efectivo de várias dimensões, demonstrado abaixo através de seis pontos explicativos:

1. Governo de risco e estratégia
2. Cultura e competências de risco
3. Modelo operativo
4. Informação, infra-estrutura e reporte
5. Processos e metodologias de gestão de risco
6. Appetite ao risco

O fundo definiu oito principais constrangimentos, com destaque para a qualidade dos planos de negócio, fora do âmbito do FACRA; ausência de inovação e diferenciação; projecto em que o promotor não apresenta capacidade financeira para o co-investimento; projectos em que a empresa não tem capital maioritariamente angolano; projectos com baixo nível de crescimento; ausência de know-how a nível da equipa de gestão para desenvolver a actividade e não-aceitação de um parceiro no projecto.